

ADOLESCÊNCIA, ESCOLA E DIVERSIDADE: PROMOVENDO O DIÁLOGO SOBRE HOMOFOBIA

Acíria Nazaré Leite Sá ¹
Saymon D'Lucas Soares Rodrigues ²
Maria de Jesus Câmara Mineiro ³

INTRODUÇÃO

O termo homofobia foi cunhado por Weinberg em 1972, porém ainda encontra resistência entre alguns autores, pois seu significado literal se refere a um “medo irracional” de pessoas homossexuais. Quando episódios de homofobia são silenciados nas escolas ou reduzidos a meras “brincadeiras”, perpetua-se a prática discriminatória, levando aqueles que se afastam do padrão heteronormativo a situações de isolamento e solidão (De Barroso; Das Mercês, 2021).

Esse silenciamento contribui para a construção de um modelo de “normalidade” imposto aos alunos, no qual qualquer expressão de orientação sexual ou identidade de gênero diversa é alvo de desprezo, rejeição e estigmatização (De Barroso; Das Mercês, 2021). Santos e Cerqueira (2020) ressaltam que a escola deve ser um espaço ativo no combate à discriminação, já que indivíduos que sofrem violência ou preconceito têm seus direitos ameaçados, o que pode resultar em evasão escolar e exclusão social.

A homofobia se manifesta como aversão e repulsa direcionadas a pessoas homossexuais, lésbicas, bissexuais, transexuais, entre outras. Essas populações enfrentam preconceito em diferentes contextos sociais, incluindo o lar, o trabalho, a igreja e, com frequência, o ambiente escolar. Essa discriminação está profundamente ligada aos aspectos emocionais da sexualidade humana, carregando consigo tabus, estigmas e preconceitos históricos (Saito *et al.*, 2016).

No espaço escolar, a discriminação de gênero e sexual é uma realidade concreta. A diversidade sexual frequentemente gera debates polêmicos, exigindo atenção e ação conjunta da escola e da família. Escolas que promovem o enfrentamento das desigualdades sociais decorrentes da opressão de gênero contribuem para o respeito à diversidade e à pluralidade, cumprindo seu papel social de garantir uma educação fundamentada nos direitos humanos e na dignidade de todos os indivíduos (De Barroso; Das Mercês, 2021).



Diante disso, o presente projeto teve como objetivo sensibilizar estudantes do Ensino Médio do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), com idades entre 15 e 17 anos, sobre o combate à homofobia, promovendo o respeito à diversidade sexual.

METODOLOGIA

A pesquisa caracterizou-se como um estudo quali-quantitativo exploratório, estruturado a partir da metodologia 3MP, composta por três etapas sequenciais: Problemática Inicial, Organização do Conhecimento e Aplicação do Conhecimento, o que favoreceu o aprofundamento dos conteúdos abordados.

O estudo foi desenvolvido no Instituto Federal do Maranhão (IFMA), campus Pinheiro – MA (Figura 1). Inicialmente, realizou-se uma palestra na qual foram exibidas imagens de bandeiras, apresentando suas histórias e as lutas por trás de cada uma. Em seguida, foi proposta uma atividade de autoconhecimento aos alunos, na qual cada participante recebeu uma folha A4 e construiu sua própria bandeira a partir de seis perguntas, representando suas respostas por meio de desenhos ou símbolos nas áreas destinadas.

Figura 1. Fachada do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Campus de Pinheiro.

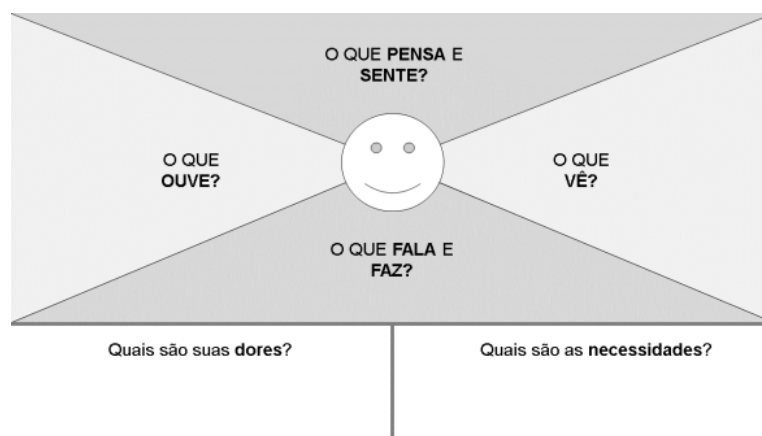


Fonte: Instituto Federal do Maranhão (IFMA), 2023.

Durante parte do workshop sobre homofobia nos espaços escolares, foi aplicada a ferramenta Mapa da Empatia com os alunos, organizados em grupos (Figura 2). Cada grupo recebeu uma folha A4 contendo o mapa, compreendido como um instrumento capaz de identificar as necessidades do outro e se colocar em seu lugar, proporcionando maior compreensão de suas dores, sentimentos e pensamentos (Quaiser, 2017).



Figura 2. Mapa da empatia aplicada aos estudantes do IFMA.



Fonte: Autoria própria, 2025.

Essa abordagem permitiu que os participantes expressassem suas percepções e experiências de forma colaborativa, contribuindo para a análise dos dados de maneira detalhada e integrada, contemplando tanto os aspectos qualitativos quanto quantitativos do estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

O termo homofobia é utilizado para designar qualquer forma de hostilidade, rejeição, discriminação ou violência simbólica, psicológica e física direcionada a indivíduos que expressam desejo afetivo ou sexual por pessoas do mesmo sexo (Borrillo, 2009). Trata-se de um fenômeno social e cultural que se fundamenta na intolerância à diferença e na crença da superioridade da heterossexualidade como norma universal.

A homofobia manifesta-se em práticas explícitas, como agressões e exclusões, mas também em atitudes sutis, como piadas, estigmatização, negações de direitos e silenciamentos cotidianos. Assim, não se restringe a comportamentos individuais, mas se consolida como uma estrutura que marginaliza e desumaniza sujeitos LGBTQIAPN+, limitando sua inserção e reconhecimento social.

Nas últimas décadas, o debate sobre a homofobia tem se intensificado nos âmbitos acadêmico, político e educacional, impulsionado pelas lutas por direitos civis e pela ampliação do conceito de cidadania. No entanto, as pessoas LGBTQIAPN+ continuam enfrentando discriminações em múltiplos espaços como escolas, igrejas, ambientes de trabalho, instituições públicas e esportivas, o que reforça a persistência de uma cultura homofóbica institucionalizada e de difícil desconstrução (De Barroso; Das



Mêrces, 2022). Essa institucionalização ocorre quando as normas, práticas e discursos das instituições reproduzem padrões heteronormativos, invisibilizando identidades dissidentes e negando-lhes a legitimidade de existência.

A educação, enquanto direito social e prática humanizadora, ocupa papel central no enfrentamento dessas desigualdades. Por seu caráter universal, a escola é um espaço privilegiado de socialização, onde se constroem valores, identidades e modos de convivência. Portanto, reconhecer a diversidade humana e promover a igualdade de direitos e oportunidades são princípios fundamentais para o fortalecimento de uma educação democrática e inclusiva.

O diálogo entendido como prática ética e pedagógica é apontado por Ferreira, Macêdo e Santos (2022) como uma das estratégias mais potentes para a desconstrução da LGBTfobia, uma vez que permite a escuta, o acolhimento e a reeducação das relações interpessoais no espaço escolar. Entretanto, o combate às violências e preconceitos exige também a consolidação de políticas públicas educacionais que ofereçam suporte institucional e formativo aos profissionais da educação (Adão; Júnior, 2020).

Segundo Junqueira (2009), a homofobia nas escolas é sustentada por um conjunto de práticas pedagógicas e culturais que naturalizam as desigualdades e reproduzem valores excludentes. Esse processo ocorre de forma sutil, através do currículo oculto, das piadas e comentários, da ausência de representatividade nos materiais didáticos e da omissão diante de casos de discriminação. Compreender as dinâmicas de produção e reprodução dessas violências é essencial para avaliar seus impactos nas trajetórias escolares e nas experiências subjetivas de estudantes LGBTQIAPN+, que frequentemente sofrem evasão, isolamento e queda no desempenho acadêmico em decorrência do preconceito.

Antunes (2016) complementa essa discussão ao enfatizar que a violência homofóbica não se limita às agressões externas, mas também se internaliza nos sujeitos que a sofrem. Em sociedades regidas pelo machismo e pelo binarismo sexual, muitos indivíduos acabam incorporando discursos de ódio e inferiorização, o que gera um processo de autonegação e de ruptura com o sentimento de pertencimento social. Essa violência simbólica atinge a subjetividade, fragilizando a construção da identidade e o desenvolvimento emocional, e perpetuando um ciclo de exclusão e sofrimento psíquico.

Diante desse cenário, Ferrari (2014) argumenta que a escola deve se constituir como um espaço de resistência e desconstrução do senso comum, promovendo debates



críticos e reflexivos sobre gênero, sexualidade e diversidade. É necessário problematizar as construções de masculinidades e feminilidades impostas pelo padrão heteronormativo e compreender como essas construções interferem nas relações escolares e no rendimento acadêmico dos estudantes (Brasil, 2007). A ausência dessas discussões reforça o silêncio institucional e contribui para o fortalecimento de estigmas e estereótipos.

Para transformar essa realidade, é imprescindível que as instituições de ensino adotem práticas pedagógicas inclusivas e construam projetos político-pedagógicos comprometidos com os direitos humanos e a diversidade. A formação docente deve incluir conteúdos que abordem gênero, sexualidade e direitos da população LGBTQIAPN+, capacitando professores e gestores a intervir de forma crítica, ética e acolhedora. Isso não apenas fortalece o papel social da escola como espaço de emancipação, mas também contribui para a consolidação de uma cultura escolar que valoriza o respeito e a alteridade.

Além do papel da escola, é fundamental reconhecer a responsabilidade compartilhada entre o Estado e a sociedade civil na formulação de políticas públicas integradas voltadas à diversidade sexual e de gênero. Ações intersetoriais entre educação, saúde, cultura e assistência social podem potencializar a criação de ambientes inclusivos e o combate à discriminação. Programas de formação continuada, campanhas de conscientização e revisões curriculares são instrumentos capazes de promover transformações estruturais e simbólicas no sistema educacional.

O enfrentamento à homofobia requer um esforço coletivo e contínuo, pautado em princípios éticos, democráticos e de justiça social. A escola não deve restringir-se à função de transmissora de conhecimentos, mas assumir-se como espaço político de construção de cidadania e convivência plural. Formar sujeitos críticos, empáticos e conscientes das múltiplas expressões da diversidade humana é condição indispensável para o fortalecimento de uma sociedade verdadeiramente inclusiva e equitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As dinâmicas desenvolvidas com os estudantes do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), como “Minha Bandeira Pessoal” e o “Mapa da Empatia”, mostraram-se ferramentas pedagógicas potentes para o reconhecimento e a valorização da diversidade. A primeira atividade possibilitou que os discentes representassem visualmente



elementos de sua história, cultura e valores, favorecendo o processo de autoconhecimento e o respeito às singularidades.

Já o Mapa da Empatia, aplicado de forma reflexiva e participativa, permitiu que os estudantes se colocassem no lugar do outro, compreendendo os sentimentos, desafios e experiências de pessoas LGBTQIAPN+. Através dessa vivência, foi possível estimular a empatia, a escuta e o diálogo, evidenciando a necessidade de que o enfrentamento à homofobia seja conduzido de maneira contínua, crítica e dialógica, em busca de um ambiente escolar mais inclusivo, democrático e humano.

O debate sobre Educação Sexual no contexto escolar é indispensável, pois possibilita a compreensão das percepções, resistências e práticas da comunidade educativa diante de temas historicamente silenciados. Por meio de atividades como o Mapa da Empatia, os estudantes do IFMA puderam refletir sobre as próprias concepções acerca da sexualidade, da identidade de gênero e do respeito à diversidade, tornando-se sujeitos ativos na construção de um espaço de convivência pautado na ética e no acolhimento. Essa experiência pedagógica reforçou o papel da escola como mediadora social, capaz de transformar o conhecimento em ferramenta de conscientização e mudança de atitudes.

A resistência à inclusão da Educação Sexual no currículo brasileiro, contudo, não é recente. Desde a década de 1920, a legislação já previa sua inserção, mas sua efetivação foi sistematicamente dificultada por fatores religiosos, políticos e culturais (Borges; Meyer, 2008).

Essa resistência histórica demonstra a dificuldade da sociedade em reconhecer a sexualidade como dimensão constitutiva da formação humana, restringindo-a, muitas vezes, a aspectos biológicos ou morais. Tal limitação reforça a necessidade de abordagens educativas inovadoras e sensíveis, como o uso do Mapa da Empatia, que favorece a reflexão crítica sobre as emoções, os valores e as formas de convivência entre os sujeitos.

Nos últimos anos, as discussões sobre gênero, diversidade sexual e direitos humanos têm ganhado espaço nas políticas públicas e nos movimentos sociais, impulsionando o debate nas instituições de ensino. No entanto, os resultados obtidos a partir dos formulários aplicados aos gestores escolares do IFMA indicam que, embora exista uma preocupação crescente com a temática, ainda há fragilidades na implementação de práticas efetivas. Muitos docentes afirmam sentir insegurança e



despreparo para lidar com questões de discriminação e preconceito, o que revela lacunas na formação inicial e continuada (Nogueira *et al.*, 2020).

De acordo com Meyer (2017), práticas pedagógicas que abordam a sexualidade por meio de linguagens educativas, como dinâmicas reflexivas e produções simbólicas, constituem estratégias eficazes de enfrentamento à discriminação e à violência de gênero.

O Mapa da Empatia, nesse sentido, demonstrou-se um instrumento capaz de promover o desenvolvimento da empatia e do pensamento crítico, permitindo que os estudantes compreendessem as consequências sociais da homofobia e da exclusão. Ao vivenciarem essa metodologia, puderam ressignificar percepções e desenvolver atitudes éticas e respeitosas diante das diferenças.

Para Moraes (2017), o enfrentamento à homofobia nas escolas exige ações estruturadas que incluam o acesso a informações seguras sobre sexualidade, a problematização das origens do preconceito e a valorização da diversidade. Essas práticas, aliadas a metodologias ativas como o Mapa da Empatia, contribuem para a desconstrução de estigmas e o fortalecimento da cultura de paz, estimulando a formação de uma consciência social comprometida com os direitos humanos.

Segundo Mazzioni (2013), a eficácia das ações pedagógicas voltadas à Educação Sexual depende diretamente da escolha de metodologias adequadas, do uso de recursos didáticos diversificados e da postura ética do educador. O uso do Mapa da Empatia no IFMA exemplifica essa perspectiva, pois promoveu uma abordagem que ultrapassa os limites da informação biológica, incorporando dimensões sociais, emocionais e culturais da sexualidade. Essa metodologia permitiu a criação de um ambiente de confiança e diálogo, essencial para uma prática educativa emancipadora.

Castro, Abramovay e Silva (2004) destacam que as manifestações de homofobia no espaço escolar nem sempre se expressam de forma explícita; muitas vezes ocorrem de modo sutil, por meio de comentários, exclusões e silenciamentos. O Mapa da Empatia contribuiu para tornar visíveis essas formas de violência simbólica, uma vez que estimulou os estudantes a refletirem sobre os impactos da rejeição e da marginalização em suas próprias vivências e nas de seus colegas. Essa sensibilização é o primeiro passo para a transformação de comportamentos e para o fortalecimento de uma convivência respeitosa.

Na contemporaneidade, ainda persistem barreiras culturais e religiosas que dificultam a aceitação da diversidade sexual. As identidades dissidentes continuam



sendo alvos de discursos discriminatórios e de ódio, carregando estigmas que interferem na construção de suas subjetividades (Peixoto, 2018). Essa realidade evidencia a urgência de práticas educativas que promovam a empatia e a reflexão crítica princípios centrais das metodologias aplicadas no IFMA, como forma de romper com as estruturas históricas de opressão.

Natarelli *et al.* (2015) apontam que a homofobia impacta diretamente o rendimento escolar e o bem-estar emocional dos estudantes, especialmente dos adolescentes. Comentários vexatórios e atitudes discriminatórias os levam a esconder suas identidades, adotando comportamentos que correspondam às expectativas familiares e sociais. Ao estimular o diálogo e o acolhimento por meio do Mapa da Empatia, foi possível oferecer um espaço de escuta e valorização das diferenças, reduzindo o isolamento e reforçando o pertencimento coletivo.

Por fim, é importante reconhecer que os discursos religiosos, médicos e jurídicos historicamente contribuíram para a legitimação da homofobia, sustentando uma violência socialmente autorizada e institucionalizada.

Conforme ressalta Silva (2019, p. 247), tais discursos atuam para preservar “o status quo da sexualidade e do gênero”, promovendo o silenciamento e a tentativa de conversão de identidades dissidentes. Assim, cabe à escola e particularmente à gestão educacional romper com esse ciclo de opressão, utilizando práticas pedagógicas humanizadoras, como o Mapa da Empatia, que favoreçam a formação crítica e a consolidação de uma educação comprometida com a equidade, o respeito e os direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sexualidade constitui-se como uma dimensão intrínseca da experiência humana e deve ser reconhecida como parte essencial do processo educativo. A escola, enquanto espaço de formação integral, tem o dever de promover saberes que articulem o desenvolvimento intelectual, social, emocional e ético dos sujeitos. Nesse sentido, torna-se imprescindível que a gestão escolar e o corpo docente estejam preparados para dialogar sobre temas que envolvem a comunidade LGBTQIAPN+ e seus direitos, conduzindo tais discussões de forma ética, inclusiva e pautada nos princípios da equidade e do respeito à diversidade.

A implementação de práticas pedagógicas voltadas à Educação Sexual e ao enfrentamento da homofobia é fundamental para consolidar uma educação



comprometida com a justiça social. A inserção dessas temáticas nos projetos pedagógicos das instituições de ensino, especialmente em espaços como o IFMA, contribui para a formação crítica e humanizadora de estudantes e gestores. A experiência desenvolvida por meio do Mapa da Empatia mostrou-se particularmente relevante nesse processo, pois possibilitou aos participantes compreender os sentimentos, desafios e perspectivas de pessoas LGBTQIA+, promovendo o exercício da escuta sensível, da empatia e do reconhecimento do outro como sujeito de direitos.

Ao articular metodologias participativas, como o Mapa da Empatia, com debates sobre identidade, gênero e sexualidade, a escola amplia seu papel formador, criando oportunidades para a desconstrução de preconceitos e para o fortalecimento de valores éticos e solidários. Essas ações favorecem a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e democrático, onde a pluralidade é compreendida como um elemento enriquecedor da convivência humana.

Cabe à comunidade educacional, portanto, assumir o compromisso de garantir espaços permanentes de diálogo e reflexão, reconhecendo que silenciar ou omitir-se diante da Educação Sexual significa negar a função transformadora da escola. Promover o respeito às diferenças, a empatia e a inclusão não é apenas uma demanda pedagógica, mas uma responsabilidade social e ética que sustenta o ideal de uma educação emancipadora. Dessa forma, reafirma-se o papel da escola como agente de mudança, capaz de formar cidadãos críticos, sensíveis e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa, diversa e humana.

Palavras-chave: Diversidade; 3MP; Preconceito; Inclusão escolar; LGBTQIAPN+.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e ao Instituto Federal do Maranhão (IFMA) pela oportunidade de desenvolver este trabalho, que promoveu reflexões relevantes sobre a sexualidade e sua abordagem no ambiente escolar. A parceria entre as instituições reforça o compromisso com uma educação que valoriza o respeito, à diversidade e a inclusão, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, conscientes e socialmente comprometidos.

REFERÊNCIAS



ADÃO, Gabrielle de Fatima Cavichioli; JUNIOR, José Carlos Bastos. Ações da Gestão para a Prevenção das Violências no Âmbito Escolar: Um Relato do Projeto “Para Além dos Muros da Escola”. *Cadernos da Pedagogia*, v. 14, n. 28, mai./ago. 2020.

ANTUNES, Pedro P. S. **Homofobia internalizada**: O preconceito do homossexual contra si mesmo. São Paulo. Tese de doutorado em Psicologia Social. Programa de estudos Pós-graduados em Psicologia Social; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17142/1/Pedro%20Paulo%20Sammarco%20Antunes.pdf>. Acesso 27 out. 2025.

BRASIL. **Cadernos Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) 4: Gênero e Diversidade Sexual na Escola: Reconhecer diferenças e superar preconceitos**. MEC/SECAD, Brasília, 2007. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_cad4_gen_div_prec.pdf. Acesso em: 27 out. 2025.

BORGES, Zulmira Newlands; MEYER, Dagmar Estermann. **Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia**. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, v. 16, p. 59-76, 2008.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência 2019**. Brasília: Ipea; FBSP, 2019. Disponível: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784. Acesso em: 22 out. 2025.

DE JESUS BARROSO, Ramon Roberto; DAS MERCÊS, Thais Silva Trindade. O ENFRENTAMENTO DA HOMOFOBIA À LUZ DA GESTÃO ESCOLAR. DE MORAES, Silvia Piedade. PRÁTICAS ESCOLARES: HOMOFOBIA E RESISTÊNCIAS—A CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO CRÍTICO DE CONHECIMENTO. **Revista Educação-UNG-Ser**, v. 12, n. 1 ESP, p. 07-14, 2017.

FERREIRA, Graziela Silva; COSTA, Fabiana Freitas. A Importância da Temática de Gênero no Ensino Médio Integrado dos Institutos Federais de Educação. **REVISTA EDUCAÇÃO, LINGUAGEM E TECNOLOGIAS**, v. 1, n. 2, p. 164 a 175-164 a 175, 2020.

FERRARI, Anderson. Cultura visual e homossexualidades na constituição de "novas" infâncias e "novos" docentes. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, p. 107-120, Apr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/3wnc7tj6YXNfPgy3gLsMw7n/?lang=pt>. Acesso em: 27 out. 2025.

VIEIRA, A. P. A.; LEAL, Z. F. D. R. G.; SOLOVIEVA, Y. A avaliação psicológica da atividade voluntária a partir da Psicologia Histórico-Cultural: os instrumentos desenvolvidos no México. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. 02, p. 271-280, 2018b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/7yRh3w9Zc45knmYb6vQqnNm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 out. 2025.



JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Homofobia nas escolas:** um problema de todos. In: (org.). Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, 2009. p. 13-52.

MAZZIONI, Sady. As estratégias utilizadas no processo de ensino-aprendizagem: concepções de alunos e professores de ciências contábeis. **Revista Eletrônica de Administração e Turismo-ReAT**, v. 2, n. 1, p. 93-109, 2013.

MEYER, F. Análise do jogo “trilha da proteção” como auxiliar na diminuição da vulnerabilidade para a violência sexual infantil. 2017. 117 p. **Dissertação (Mestrado em Educação Sexual)** - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2017.

MORAES, S. P. de. Práticas escolares: homofobia e resistências – a construção de um campo crítico de conhecimento. **Revista Educação**, v.12, n.1, p. 7-14, 2017.

NOGUEIRA, Natália Souza et al. **Educação sexual no contexto escolar:** as estratégias utilizadas em sala de aula pelos educadores. HOLOS, v. 3, p. 319-327, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4815/481554866024.pdf>. Acesso em: 22 out. 2025.

PEIXOTO, Valdenízia Bento. Violência contra LGBTs: premissas históricas da violação no Brasil. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 8, p. 7-23, abr. 2018. Disponível em: <https://rigs.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/28014>. Acesso em: 27 out. 2025.

SAITO, Maria Ignez et al. **Adolescência e Sexualidade:** visão atual. São Paulo: Editora Atheneu, 2016. 248 p.

SILVA, Samuel. LGBTfobia: recortes subjetivos. In: FERRÃO, Dalcira; CARVALHO; Lucas Henrique de; COACCI, Thiago (Org). **Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual: Saberes e Diálogo**. Belo Horizonte, MG: CRP04; 2019. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1HB5RjU4v1yW4djf_wZaTUakgUPZ2OUxd/view. Acesso em: 27 out. 2025.

